

---

Entrevista realizada na residência do depoente, em Brasília, em 6 de maio de 2015, por Gunter Axt e José Luiz Lima de Oliveira.

## **OLYMPIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR**



**Olympio Pereira da Silva Junior** nasceu em 4 de janeiro de 1951, na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Olympio Pereira da Silva e Emília Cardoso Pereira da Silva. Casou-se com Angela de Lyra Costa. Em 1975, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, onde mais tarde ministraria a cadeira de Prática Forense. Ingressou na carreira do Ministério Público Militar em 1976, designado pelo presidente da República, Ernesto Geisel, para assumir a Procuradoria junto à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora, onde permaneceu até 1979, quando, então, foi transferido para o Rio de Janeiro, exercendo suas atividades junto à 3ª Auditoria do Exército. Atuou, ainda, como procurador junto às Auditorias de Manaus e Santa Maria. Em 1982, foi transferido para a Auditoria da 4ª CJM, onde permaneceu até 1993. Nesse mesmo ano, foi nomeado para exercer o cargo em comissão de procurador regional da Advocacia-Geral da União da 2ª Região, no Rio de Janeiro. Um ano mais tarde, nomeado pelo presidente da República Itamar Franco, tomou posse como ministro do Superior Tribunal Militar. Em 2001, foi eleito presidente daquele órgão. Em 2003, após completar o mandato, reassumiu funções como ministro do STM. Em 2011, foi eleito vice-presidente do referido órgão para um mandato de dois anos. Aposentou-se em 2015.

**Memória MPM** – *O senhor é natural de onde?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Sou carioca da gema! Nasci em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Posteriormente, minha família se mudou para Ipanema onde passei grande parte de minha infância.

**Memória MPM** – *E como foi a opção pelo Direito? Existia essa tradição na sua família?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Meu pai e meu irmão eram médicos e alguém da família precisava fazer Direito, para ajudá-los, caso fizessem alguma bobagem [risos]. Mas, na verdade, decidi estudar Direito porque tinha simpatia pela área. Antigamente, a educação escolar possuía uma terminologia diferente para os graus básico e médio, chamados respectivamente de Ginásio e Científico. Estudei em um colégio tradicional, o Colégio Rio de Janeiro e, quando concluí o Ginásio, fiquei em dúvida sobre qual curso escolher. Acabei fazendo um teste vocacional que me direcionou para vários cursos possíveis, dentre os quais, preferi a Medicina.

O Científico durava três anos e oferecia os conhecimentos relacionados com a área escolhida para quem fosse prestar o vestibular. Desisti logo na primeira aula quando o professor começou a lecionar química e desenhou fórmulas no quadro. Depois, escolhi Engenharia por causa do meu padrinho que era engenheiro. Desisti mais uma vez quando o professor começou a escrever os cálculos de matemática e as fórmulas no quadro. Eu estava muito triste com esta indefinição, sentado na lanchonete do colégio, quando tocou o sinal para o início do segundo período das aulas. Os alunos se dirigiam para as salas e observei que havia uma escada por onde só subiam meninas. Fiquei curioso e fui verificar. Quando cheguei à sala percebi que

se tratava do curso Clássico, no qual se estudavam matérias relacionadas às Ciências Sociais. Como eram poucos homens e muitas mulheres nas salas, decidi frequentar aquelas aulas [risos]. Fui ficando...

Optei pelo curso de Direito e, posteriormente, consegui aprovação no vestibular para a Faculdade Nacional de Direito e para a Universidade Cândido Mendes, onde meu pai lecionava. Optei pela Universidade Cândido Mendes, onde me formei advogado. Antigamente, quem concluísse o curso de Direito já era considerada advogado, mas hoje é apenas bacharel e precisa fazer o exame da OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] para poder advogar. Acho esse exame um truque, uma espécie de caça-níqueis, porque você qualifica o profissional pela atuação dele e não por meio de um teste. Minha filha tentou fazer o exame, mas não foi aprovada na primeira vez. Quando tentei fazer o exame dela, pude verificar que eu também não seria aprovado. Consegui uma nota média em Penal, mas no resto me saí muito mal. Esse exame é difícil porque tem que alimentar os cursinhos. Na minha época bastava se formar e entregar o diploma na OAB. O meu registro é de 1973: 25446! Estava pensando em me aposentar e voltar a advogar. Recentemente liguei para a OAB informando os dados da minha carteira de advogado e eles disseram que a minha inscrição já tinha perdido a validade e que, atualmente, as inscrições estavam com números de sete dígitos! Com um número desse tamanho, vão achar que eu me formei ontem [risos]!

**Memória MPM** – *Quais foram as áreas de atuação depois de formado?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Na Universidade consegui um estágio no escritório do Heleno [Cláudio] Fragoso, que foi meu professor e também era amigo de meu pai. O filho dele era meu colega. Fiquei apenas três

meses como seu estagiário. Como não estavam me pagando, fui conversar com o professor. Perguntei se ele gostava do meu trabalho e ele disse que sim, que não havia nenhum problema. Falei para ele que até aquele momento eu não tinha recebido nenhum pagamento e ele me respondeu com uma pergunta: “Você veio aqui para ganhar dinheiro ou para aprender?”. Fiquei mais um mês no escritório e depois me transferei para uma empresa imobiliária do Rio de Janeiro, de propriedade de Sérgio Dourado Lopes, sempre atuando na área do Direito.

A minha tendência, contudo, era para o Direito Criminal. Depois de formado, me convidaram para coordenar a área Criminal do Escritório Modelo da Faculdade, onde lecionei Direito Penal e Direito Processual Penal. Nesse período, mergulhei completamente na área Criminal, participando de júris semanais. Posteriormente, surgiu na minha vida a Justiça Militar da União, que eu desconhecia, assim como muita gente até hoje não a conhece. Entrando no Fórum no Rio de Janeiro, subindo as escadas, havia uma porta onde estava escrito “Auditoria Militar”. Mas como era da Polícia Militar, nunca me interessei por aquilo. O meu sogro foi coronel da Aeronáutica e era “cordinha” do ministro Carlos Alberto Huet [de Oliveira] Sampaio, apelidado de “Bebeto Nescau”, por causa de um tique que ele tinha – passava a ponta da língua sobre os lábios, como se dissesse “hummm!...”, o que lembrava uma propaganda do achocolatado *Nescau*, veiculada na época. Certo dia, meu sogro me convidou para assistir a uma sessão da Justiça Militar da União. Foi em 1973, ano em que o Tribunal saiu do Rio de Janeiro. O ambiente, com os conselheiros fardados em gala, era impressionante, mas também familiar. Meu pai servira o Exército, na Artilharia Montada. Era oficial R/2 quando foi convocado para lutar na Segunda Guerra, onde

acabou ferido. Minha vida toda achei que se ferira em combate, que ele era herói. Mas depois descobri que tinha sido em um acidente de jipe, que ele dirigia [risos]. Ferido em guerra, voltou para o Brasil, podendo entrar na lista de oficial. Mas aí fez vestibular para Medicina. Era pobre. Conseguiu se formar e acabou deixando o Exército. Sempre gostei do clima que havia em casa e dos hinos da Artilharia Montada que meu pai cantava. Assim, achei interessante o Ministério Público Militar e comecei a me informar a respeito, a “beliscar” daqui, dali. Em 1976 fui nomeado promotor, pelo presidente Ernesto [Beckmann] Geisel.

**Memória MPM** – *Como funcionava essa nomeação? Tinha indicação?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Tinha. A época era danada! Não havia concurso. Quando me interessei pela Justiça Militar, o Bebeto deu o arranque. Só que o tempo passou e nada aconteceu. Fui falar com um ex-colega de Faculdade, o Fernando Falcão, filho do ministro da Justiça Armando [Ribeiro Severo] Falcão, e descobri que meu nome estava no SNI – Serviço Nacional de Informações, com restrições, porque me candidatara ao Diretório Acadêmico na Faculdade. Pô, eu nem tinha vencido a eleição! Como eu tinha bons padrinhos, consegui ser chamado para uma entrevista em Brasília, conduzida por uma “rapaziada boa” da época. Viram logo que a minha tendência era essa mesmo e acabaram me aceitando.

Em 1976, eu era jovem e quando se falava em Justiça Militar, tremiam as bases, parava tudo. Não tinha Supremo, nem nada! “O que você é, guri?”. “Sou promotor da Justiça Militar...”. Como se diz lá em Minas, “mandava para mais de metro”. Tinha bastante cartaz. O procurador-geral de Justiça Militar era o Dr. Ruy de Lima Pessôa.

**Memória MPM** – *Houve algum processo que lhe chamou mais sua atenção?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Foram muitos. Não apenas processos, mas lances incríveis! Comecei no Rio de Janeiro. Ainda estava lá quando aconteceu o caso da bomba do Riocentro. Nesse dia eu estava na 3ª Auditoria Militar junto com o Jorge Dodaro. Nós dois fomos falar com o general, comandante da Região. Depois apareceu alguém carregando o caixão com o corpo do sargento. A coisa ficou feia! O general era um homem de baixa estatura e que depois faleceu vítima de infarto. Tivemos pouca participação nesse caso do Riocentro. O primeiro auditor com quem trabalhei no Rio de Janeiro foi o Dr. Edmundo Franca de Oliveira.

Outro caso aconteceu no dia em que o general me ligou dizendo: “Vamos ao cais do porto porque apreenderam um contêiner que veio de Washington.”. Chegando lá, tinha um contêiner enorme, de 70 m<sup>3</sup>, com um buraco que disseram ser resultado de uma queda. Não acreditei nisso. Tinha um manifesto grudado que dizia “Segurança Nacional – Exército Brasileiro – Não Mexer”. Quando abriram o contêiner, havia no interior várias sandálias do tipo *Melissa* “trançadinha” e *chips* de computador, tudo oriundo de contrabando. Essas sandálias, não tinha no Brasil. Era uma coisa de doido! O general, pelo telefone, disse que era para apreender toda a carga. Essa foi a primeira prisão internacional que vi acontecer pelo telefone. Quando voltamos para a Auditoria, o general ligou para o coronel Agissé [da Silva] Bahia, agente responsável de Washington, dizendo “Se apresenta aqui depois de amanhã porque você está preso por contrabando!”. Ele foi preso. Porém, o Agissé Bahia era um sujeito diferenciado, que poderia ser considerado o primeiro da turma desde o jardim de infância. Tinha muitas medalhas e fez inclusive um curso em Washington,

onde ficou na frente de todos os candidatos. Meti a caneta nele! Ele pegava as muambas e guardava na residência de um amigo na Ilha do Governador. Quem era o amigo dele? O Hélio Gracie, lutador de *jiu-jitsu*.

Fomos até o sítio do Hélio Gracie e apreendemos as muambas. Eu ia mandar prender o Hélio Gracie, mas resolvi arrolá-lo como testemunha. Ele se apresentou para dar o depoimento e levou todos os filhos. Os Gracie todos! O Dodaro brincava comigo dizendo que quando a audiência acabasse eu iria apanhar muito [risos]. Esses Gracie eram mal-encarados. O juiz era o [Oswaldo de] Lima Rodrigues [Junior], apelidado de “Ó-ponto”, por causa de sua assinatura. Ele iniciou perguntando se a testemunha prestava o compromisso de dizer a verdade sob as penas da lei. Eu tinha mania de ficar em pé na bancada, de uma forma um pouco intimidadora, olhando para a testemunha. O Hélio respondeu para o juiz “Eu só falo a verdade!”. Quando o juiz ia dar prosseguimento ao caso, pedi a palavra e disse para a testemunha que ele deveria dizer “Eu me comprometo a dizer a verdade.”, que só aquilo que ele havia falado não bastava. O velho me deu uma encarada. O Oswaldo perguntou de novo e a testemunha repetiu que só dizia a verdade e insisti, novamente, que ele deveria falar direito. O Oswaldo me olhou e disse, “Mas ele está dizendo que só fala a verdade!”. Os filhos dele me encaravam e o Dodaro falando “Vai apanhar, vai apanhar!” [risos]. Por fim ele disse a frase como mandava o figurino e prosseguimos o caso.

O Agissé, que estava sendo processado, fazia uma série de perguntas para o advogado dele. O advogado dele era pai de um colega meu de Faculdade. Ele era muito inteligente, mas era malandro. Em determinado momento, o processo estava muito ruim para o lado dele, inclusive íamos chamar o Conselho e pedir para caçar a patente de militar do Agissé Bahia, quando o advogado



me disse que ia pedir juntada de um livro de Contabilidade com vários registros. Você vê que o cara é um canalha por causa disso. Dentre os itens, o primeiro da lista, um conjunto de radioamador para um importante general; um conjunto de polo vindo do Canadá para outro; e assim por diante. Isso era comum; pô, quando os colegas viajavam, nós pedíamos que comprassem algumas coisas do exterior! Mas o advogado tinha a relação de tudo! Peguei o livro e mostrei para o general Samuel Teixeira Primo, presidente do Conselho e comandante da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, que me disse que não iria permitir a juntada. Mas falei que isso ia ser pior porque o Agissé entraria com HC [*Habeas Corpus*]. No momento da audiência havia cerca de vinte jornalistas e o general Samuel me disse que a negação da juntada não ia dar certo. Falei para ele que, como se tratava de um oficial graduado, era melhor fazer a audiência em sigilo. Na época podíamos fazer isso, mas atualmente não é possível. O general disse “Ótima ideia, esvazia a sala, todo mundo!”. Então, eles fizeram a juntada do livro, que o general já sabia. Depois disso, o processo foi arquivado, me transferiram para Juiz de Fora e o Agissé Bahia pediu para entrar para a Reserva. Assim as coisas se acomodaram. Eles tinham que me transferir daquele lugar porque eu não deixava as coisas acontecerem daquele jeito. Troquei de lugar com o Paulo “Maluco” [César de Siqueira Castro], de Curitiba, apelidado assim porque piscava de um jeito peculiar.

**Memória MPM** – *Ele foi designado para as buscas ao corpo do ex-deputado Rubens Paiva? Isso foi bem noticiado nos jornais de 1987 porque ele ficou cavando na Barra da Tijuca.*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Exatamente. Depois de trocar com o Paulo, troquei com o [Ronaldo] Petis [Fernandes]. Era possível abrir mão de 20% dos vencimentos para poder advogar. Mas decidi me dedicar

apenas ao Ministério Público Militar. Fui para Juiz de Fora e o Petis continuou advogando. Como diz o Roberto Carlos, “Foram grandes emoções!”. Devido às proximidades com o quartel e com a Lei de Segurança Nacional, trabalhar no Ministério Público Militar representava muito poder.

As estradas eram ruins e havia muitos acidentes no trajeto do Rio de Janeiro para Juiz de Fora. Viajei várias vezes de ônibus, saindo terça-feira de manhã do Rio de Janeiro e voltando depois do final da sessão, na quinta-feira à tarde. Em uma dessas voltas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, durante a noite – uma escuridão tremenda na estrada – e fazia um frio disgramado, eu estava sentado no ônibus lotado, armado, como sempre. Ando armado até hoje, mas antigamente tinha mais vontade. Passando pela cidade de Comendador Levy Gasparian, na fronteira de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, o motorista parou para ajudar outro veículo que estava na pista. “Que socorro que naadaa!...”, não deu tempo de avisar o motorista! Um grupo encapuzado e armado invadiu o ônibus e começou a assaltar as pessoas. Pensei em reagir, mas acabei desistindo com medo de ferir alguma pessoa inocente. Alguém poderia morrer e ia ser uma desgraça! Quando eles estavam dois bancos na minha frente, um dos assaltantes olhou para mim e gritou para o grupo: “Vamos embora, é o promotor!”. Se fosse hoje, teriam me matado. Paramos na Delegacia, em Três Rios, para prestar queixa e me perguntaram se conhecia os assaltantes. Disse que não, mas que eles me conheciam e que poderiam ser soldados de Juiz de Fora. Escaparam com o roubo, mas depois foram pegos. Naquela época existia respeito pelas autoridades. Hoje, se avistam um policial, os bandidos trucidam-no, levam-no para a favela e o colocam no “micro-ondas”. Eles teriam me matado sem pensar duas vezes.

Eu tinha um *Passat*, da Volkswagen. Certa vez, atrasado e ansioso para chegar ao Rio de Janeiro, em uma curva, onde hoje tem um pedágio, havia uma *blitz* da Polícia Rodoviária Federal. Estava com arma na cintura, era jovem, carregando processos para casa e decidi atravessar a fila pelo acostamento. Passei pelos carros e pelas caminhonetes da PRF. Comecei a escutar buzinas, apitos, atrás de mim: “pipipi-pipipi!”. Parei o carro e vieram dois policiais, um deles gordo e arfando. Desci com a arma na cintura e falei, dono da razão: “O que está acontecendo? Sou promotor militar, estou cheio de processos e com pressa!”. O policial gordo colocou a mão no capô do carro, tomando fôlego, e disse: “Sebastião, dá uma multa rápida ao promotor que ele está com pressa!” [risos]. Peguei a multa e fui me embora. Saí dali pensando em como esses policiais foram bacanas comigo e que, mesmo eu usando a prerrogativa da autoridade, eles não deixaram de cumprir a lei. Que caras bons! Mandaria chamar eles se um dia precisasse de pessoas assim.

A estrutura de trabalho era meio precária. Em todo o Brasil, as Procuradorias ficavam dentro das Auditorias, em uma sala. A própria Procuradoria-Geral ficava num andar do prédio do STM. Isso estava errado porque se o promotor brigasse com um juiz por alguma coisa, não havia nada documentado. Dependíamos da boa vontade do juiz-auditor. Quando estava em Juiz de Fora, pensei em arranjar algum outro lugar. Consegui uma casa junto à linha do trem, que pertencia à Rede Ferroviária. Quem trabalhava comigo nessa época em Juiz de Fora era a Marisa Cauduro. Mandamos pintar a casinha e a fizemos de sede. O problema é que era muito perto da linha do trem e quando ele passava parecia que a casa ia cair! Tremia tudo. A Marisa, bonita, acomodava-se próxima à janela e o trem apitava para ela toda vez [risos].

**Memória MPM – E a Lei de Segurança Nacional?**

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Durou até 1988 e atuei desde 1977 sob sua vigência. Recordo-me de vários casos. Houve um que envolveu o senador e então ministro de Minas e Energia César Cals [de Oliveira Filho] – que tinha o rosto marcado por cicatrizes, como se fossem pequenos “furinhos”. Ele enviou um ofício para o procurador-geral da Justiça Militar Milton [Menezes da Costa Filho], que o encaminhou aos meus cuidados, porque se tratava da minha jurisdição, informando ter se sentido muito ofendido com uma reportagem publicada na *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, do jornalista Hélio Fernandes, assinada por ele e por seu filho, Hélio Fernandes Filho. Basicamente, dizia que o César Cals teria concedido o direito de exploração de uma mina de esmeralda em Itabira, Minas Gerais, depois de ter recebido (ele, ou sua mulher) um colar de diamantes. O Milton disse: “Isso é uma indignidade! Falar assim do ‘meu’ ministro!”. Passei a caneta nos dois jornalistas e intimei-os! Os advogados do caso eram Arutana Cobério Terena, José de Castro Ferreira e Evaristo de Moraes Filho. Durante o interrogatório, acabei por conhecer melhor um dos advogados, o José de Castro Ferreira, ex-deputado cassado, que seria meu amigo para o resto da vida e também o meu futuro padrinho para o STM. Os jornalistas trouxeram as provas de que realmente houve a troca de presentes. Mandei um ofício para o Milton, relatando o ocorrido e lhe pedi para questionar o ministro – se ficara com o colar, se o jogara fora... [risos]. Depois apareceram alguns homens na minha residência, em Juiz de Fora, solicitando que eu fosse conversar com o ministro em Brasília. Não fui, claro! Nas alegações finais absolvi o acusado por falta de provas. O ministro ficou indignado! O Milton me chamou para uma conversa. Disse-lhe que poderia dar prosseguimento

ao caso se desejasse, já que ele era o procurador-geral. Mas ele retrucou: “Se você resolveu, está resolvido!” [risos].

Noutro processo interessante, envolvendo a Lei de Segurança Nacional, no final da década de 1970, discutiu-se um concurso de arte no *Museu de Arte Moderna de Belo Horizonte*. A vencedora foi uma composição fotográfica do Lincoln Volpini Spolaor – me lembro do nome até hoje. O quadro mostrava crianças pobres em um lixão, próximas de um muro, sobre o qual se tinha escrito a seguinte frase: “Viva a guerrilha do Pará!”. Sobrepondo-se à foto havia uma corda com quatro nós pintada nas cores verde, azul, amarelo e branco. Pô! O DOPS [Departamento de Ordem Política e Social], sob o comando de David Hazan, considerou a obra subversiva. Ele era brabo! Quando comecei a escrever a denúncia, me indaguei do porquê de essa obra ter conquistado o primeiro lugar. Se ganhou era porque os jurados concordaram com o que o autor estava querendo dizer. Meti a caneta em todos os jurados! Entre os envolvidos estavam Rubens Gerchman, da *Rede Globo*; o Carybé [Hector Julio Páride Bernabó], Mário Cravo Junior, Frederico Gomes de Moraes. Só tinha gente de primeira linha e “sentei a mamona” neles! A denúncia era por instigar e fazer apologia... O advogado do Lincoln Volpini Spolaor era o Waltamir [de Almeida Lima], que depois se tornou juiz-auditor. O advogado dos dois intimados da *Rede Globo* era o meu amigo Técio Lins e Silva. Ele é gago, mas é igual ao Nelson Gonçalves, quando canta perde a gagueira. A prova do fato era que, como havia muitos quadros, os jurados foram acomodados em uma mesa grande por cuja frente alguém ia passando, com as obras na mão, de modo a que todos pudessem vê-las. Eles usaram isso como desculpa para tentar provar que não dava tempo de dar a nota adequada. Mas mesmo assim, por que escolheram aquele quadro e não os

outros? Tem um quadro de florzinha aqui, por que não o escolheram? [risos]. No momento em que o Técio Lins e Silva foi fazer a defesa dos acusados, apresentou uma máquina de calcular e disse “Minha defesa hoje não vai ser jurídica, vai ser matemática.” Não tinha como não pensar: “Pô, são só dez horas da manhã e o Técio já tá mamado!” [risos]. Ele começou falando que o cliente dele estava sentado no terceiro lugar da mesa e que a mesa tinha quatorze metros: “Vamos registrar o número!”. E a máquina fazia “tchá-tchá-tchá-tchá...”. Assim, ele foi registrando as medidas das cadeiras, dos espaços entre elas, a distância percorrida no andar de uma pessoa, etc. Eu sabia que isso não ia dar certo... O rolo de papel da máquina já estava encostando no chão. O Técio acabou se confundindo com os números. Irritado, ele pegou o papel, rasgou e disse: “É, eu estudei Direito porque tenho ódio de matemática, vamos voltar ao jurídico!” [risos]. Afinal, os jurados não foram condenados, apenas o autor do quadro ganhador.

Também me lembro do deputado federal Paulinho Delgado, que cansei de mandar prender porque ele promovia movimentos sociais e enfrentava o Exército. Deve ter tomado muita porrada do Exército! Depois se tornou meu amigo.

Em 1981, o Milton me chamou e disse que eu tinha uma missão em Manaus e que só saberia quando chegasse lá. Igual o filme *Missão Impossível!!!* [risos]. Foi minha primeira vez em Manaus e fiquei perturbado por causa do calor e do trânsito. Quando cheguei lá era: “A mensagem se autodestruiu em cinco segundos!” [risos]. Quem estava lá era a hoje subprocuradora-geral Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, minha amiga até hoje. Ela estava em férias. Fiquei hospedado do lado da Auditoria Militar, em Ponta Negra. Ficava parede com parede com o BIS – 11º Batalhão de Infantaria de Selva, e

o CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva. Tinha um juiz, chamado Rosa, que acordava às 7 horas da manhã, colocava paletó e gravata e ia regar as plantas. Louco! A missão era a seguinte: em Brasileia, no Acre, houve um comício na praça central no qual o convidado especial proferira um discurso considerado inadequado. A cidade é precária ainda hoje, imagina em 1980! A discussão era entre os seringueiros e os donos dos seringais, envolvendo a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O convidado estava discursando e dizia (imitando a voz inconfundível do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva): “Companheiros, está na hora da onça beber água!”. Por azar, no momento em que ele discursava estavam passando de carro, junto à praça, o dono do seringal, sua esposa e o capataz. A multidão os atacou! O carro em que estavam foi tombado e queimado. A esposa e o dono do seringal conseguiram escapar, mas o capataz não. O Lula já vinha de uma condenação em São Paulo, por causa da greve do ABC paulista. Portanto, a manobra consistia em denunciá-lo para que fosse até Manaus, onde seria interrogado, e durante o interrogatório eu pediria a prisão preventiva dele e da turma que andava com ele: Chico Mendes [Francisco Alves Mendes Filho], o Jacó Bittar, que foi prefeito de Campinas, o presidente da CONTAG [José Francisco da Silva], entre outros. Tenho todos os dados dos envolvidos aqui comigo. Eu era novinho e estava com sangue na boca! Eles foram intimados e eu sabia que se mandasse prender, a votação seria de 4 a 1, porque o Rosa iria negar a prisão. Inclusive, em Manaus, é bacana, porque eles colocavam na entrada onças para acompanhar a guarda. Claro, onças bem-treinadas, que só comiam comunistas! [risos].

Começou a sessão. O lugar estava lotado. Havia padre por tudo! O Luiz Inácio da Silva (só anos depois ele virou o Lula de hoje) tinha uma cara

de bandido... Passei a caneta nele! Eu já tinha feito a acusação antes, então só fiz um resumo do pedido de prisão. O juiz iniciou o interrogatório e o primeiro a falar foi o Lula, cujo advogado era o [Luiz Eduardo] Greenhalgh. Os advogados que atuavam com eles em São Paulo eram o Greenhalgh e o [José Paulo] Sepúlveda Pertence, que mais tarde foi procurador-geral da República. O Greenhalgh iniciou a defesa dizendo que não havia como controlar a multidão e que o que aconteceu não foi culpa do acusado. Falou muita bobagem. Mas a minha denúncia não foi a de que o Lula tinha cometido o crime, mas que ele incitara a população para o ato ao dizer que “era hora da onça beber água”. O interrogatório durou cerca de uma hora e, quando acabou, quem se apresentou como advogado do presidente da CONTAG foi o Heleno Fragoso – meu professor e amigo de meu pai. Chamava-me de Olympinho! Ele veio na minha direção e falou “Olympinho, tem alguma novidade?”. Eu não podia revelar nada para ele. O Greenhalgh fez um requerimento para o Conselho, pedindo autorização para o Lula poder retornar para São Paulo. Ele já tinha cumprido um mandado de intimação. Antes de o Conselho decidir, o juiz perguntou o que o Ministério Público Militar pensava a respeito da proposta e recusei, dizendo que pelo que o Lula fez, ele poderia, pelo menos, honrar a Justiça Militar com a sua presença. Ainda completei falando que tinha um requerimento para fazer ao final do interrogatório. Depois que falei isso houve certo tumulto; o Heleno arregalou os olhos. Posteriormente, o interrogatório foi interrompido para retornar às 14 horas. Acabou às 19 horas e o juiz deu mais uma pausa de dez minutos. Quando voltamos – eu suava muito (como diria um amigo meu, “Suava mais que nêgo recebendo santo!”). Subi no púlpito e falei tudo o que tinha para falar. Sentei a “bucha”! Finalizei com o pedido da prisão preventiva do Lula. Falei de forma agressiva, porque acho que um promotor tem que ter essa agressividade na acusação. Eu adorava! Quando



pedi a prisão preventiva os advogados se irritaram. O resultado foi decidido em sessão secreta do Conselho. Quando o juiz se retirou para a decisão, eu pensei que fosse demorar muito tempo para ter um parecer e decidi tirar a beca e ir até o quartel tomar um banho para voltar depois. A vestimenta esquentava muito porque a beca ia por cima do paletó e a gola era muito apertada. A gola tinha um botão e me deixava igual a um bispo. Quando estou desabotoando a beca, o meirinho se dirigiu até onde eu estava e disse que o Conselho estava voltando. A votação não levou nem cinco minutos! Eles compuseram a mesa e o juiz falou que o Conselho, por unanimidade de votos, negava o pedido do promotor. O público presente começou a falar alto e me levantei, aponte o dedo para o Lula e gritei: “Como nega?!”. Nessa hora tiraram uma fotografia que estampou o jornal do dia seguinte sob o título: “Promotor insano tenta prender o Lula!” [risos].

Quando terminou o interrogatório me dirigi para o Comando Militar da Amazônia e fui falar com o comandante Leônidas Pires Gonçalves, sujeito de “sangue azul”: “Chefe, fomos traídos!”. Ele me disse para ficar calmo e sentar. Senti uma friagem. Ele disse que o presidente Figueiredo estava se dirigindo para Manaus patrocinando a abertura política e não seria bom prender o Lula naquela oportunidade. Achei que tudo aquilo tinha sido parte de uma figuração, na qual eu desempenhara um papel que me fora designado. Não serviria para nada, de qualquer forma. O Lula foi absolvido desse processo e do ABC de São Paulo. Ele seguiu a vida dele e eu, a minha. Encontramos-nos de novo quando ele se tornou presidente da República e eu presidente do Tribunal. Cada um com suas medalhas... Ele disse que não ia receber a medalha enquanto eu fosse o presidente do Tribunal. Aquele jornalista que trabalhou com o [Fernando Affonso] Collor [de Mello] escreveu uma matéria,

em sua coluna, dizendo que o Lula não quis receber a medalha da mesma pessoa que o mandou prender.

Aí teve o *Baile do Aviador*. Eu estava numa mesa que ficava um pouco à frente da mesa do presidente, por questões de segurança. O Lula estava com a sua esposa, Marisa [Letícia “Lula” da Silva], que inclusive perdeu um brinco na festa e tivemos que procurar depois. O Lula e o comandante da Aeronáutica [Luiz Carlos da Silva] Bueno estavam conversando e decidi me aproximar. O comandante Bueno perguntou se o Lula já me conhecia e o Lula falou com aquela voz característica: “Prazer”. Ficamos conversando [risos]. De repente, surgem por trás dois braços que seguram o Lula e a mim pela nuca. Era o brigadeiro Joseli Camelo – meu amigo, que toma posse como ministro amanhã no STM (ele estava na Argentina quando o Lula fazia a campanha presidencial, se conheceram e o Lula o convidou para o Palácio do Planalto, de onde ele só sai agora para o STM, depois de ter pilotado para o Lula e para a presidente Dilma Rousseff). Era um baile, ele já alegre, depois de umas e outras, diz para o Lula: “Presidente, esse aí é o ministro Olympio, aquele que te mandou prender lá em Manaus!” [risos]. Pensei: “Pô, Joseli, queimou meu filme!”.

#### **Memória MPM – E o Itamar Franco?**

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Quando eu ainda era promotor em Juiz de Fora, em 1991, o Itamar Franco era o vice do Collor. Então o José de Castro Ferreira – quem eu conhecera como advogado naquele caso do César Cals contra os jornalistas – apareceu na Auditoria perguntando se eu poderia tomar uísque na casa dele naquela noite. Aceitei, porque naquela época, tomar uísque no fim do dia com os amigos era comigo mesmo. Ao

chegar à casa dele, fui recepcionado pela sua esposa, advogada e minha amiga, que me levou para a mesa de jantar, onde estavam o Itamar e várias outras pessoas que formavam o que se chamava então de “República do Paraibuna”. Pensei “Caraca, fui chamado para tomar uísque com o vice-presidente da República!”. O Zé de Castro, comendo pão de queijo, veio falar comigo sobre a briga que havia entre o Collor e o Itamar. Eu querendo ir embora para casa logo... Ele disse que chegou ao absurdo de o Collor, quando se ausentava, não passar a presidência para o Itamar. Queriam resolver esses problemas e me pediram ajuda. A ideia era entrar com uma ação civil pública, que tinha de ser assinada por um procurador da União, para ter valor. Pensei: “Dancei!”. Eu estava do lado do vice-presidente, como iria escapar de uma proposta dessas? Pensei em ganhar tempo para poder resolver isso. Perguntei para o Zé de Castro quem iria fazer ação e ele me disse “Sou eu, e já está pronta!”. Ele abriu uma maleta e sacou dois maços de documentos, um original e o outro, uma cópia, e os colocou na minha frente, sugerindo que levasse para casa, desse uma lida e decidisse se assinava ou não. Olhei para o Zé de Castro e perguntei se tinha sido ele mesmo quem redigira o documento. Ele disse que sim. “É agora!”. Meti a caneta nos documentos! Assinei os documentos e falei que não precisava ler e que confiava nele. Nisso ele falou para o Itamar: “Esse é o Olympinho, o cara de quem precisamos!”. Fui para casa e fiquei duas semanas sem dormir pensando onde isso iria terminar [risos]. “Estou ralado!”. Fiquei com medo de ser exonerado do meu cargo por ter assinado um documento daquela magnitude sem a permissão do procurador-geral. Fiquei esperando receber algum ofício, algum petardo...

O tempo passou, uma semana, dez dias e não recebi resposta. Até que o Zé de Castro me ligou dizendo que eu precisava ir a Brasília porque

o vice-presidente queria falar comigo. O gabinete ficava onde era a AGU [Advocacia-Geral da União] e atualmente é o GSI [Gabinete de Segurança Institucional]. O Itamar estava me esperando. “Doutor Olympio, gostaríamos de enaltecer a sua ação, mas já descobrimos a solução.”. Pensei comigo: “Ai meu Deus do céu, lá vem!” [risos]. Ele continuou falando que o Collor não precisava passar a presidência para ele, que isso seria apenas um ato de gentileza, mas que o presidente não era um homem gentil. Explicou que o presidente estava na Venezuela e que, quando o avião cruzasse a fronteira, ligariam para o Itamar e, todos, incluindo eu, estaríamos na sala do presidente esperando por ele. Falei que iria com o maior prazer e perguntei: “Onde está a ação que eu assinei? Gostaria de guardar de recordação.”. O vice-presidente me entregou os documentos e, logo quando cheguei em casa, queimei aquela coisa! Ele me disse que iríamos para a sala do presidente às 6 horas da manhã do dia seguinte. No dia combinado, naquela hora eu peguei o avião e fui para Juiz de Fora. Algum tempo depois sobreveio o *impeachment* do Collor e o vice-presidente assumiu o cargo.

Em 1992, ainda em Juiz de Fora como promotor, o Zé de Castro me ligou em um domingo de manhã dizendo que o presidente Itamar desejava falar comigo, porque eles queriam instaurar a AGU. Até então ela apenas existia no papel e a defesa da União era feita pelo Ministério Público Federal, o que era realmente uma incoerência. A AGU estava na Constituição e eles queriam tirá-la do papel e fazê-la funcionar. O presidente me daria o cargo de procurador-geral. O Zé de Castro estava no Palácio do Planalto com o presidente e esperava uma resposta. Eu não sabia o que dizer, pois estava feliz em Juiz de Fora. Pedi para ele me dar cinco minutos para pensar e ele reclamou: “Vai fazer uma palestra, pô?” [risos]. Na verdade, eu precisava

falar com a “polícia” – que estava dormindo ao meu lado –: minha esposa. A nossa vida era maravilhosa em Juiz de Fora. Ela falou que se me dissesse para aceitar o cargo e me desse mal, eu iria culpá-la para o resto da vida e que se dissesse para recusar, eu faria o mesmo. Coisa de mulher, inteligente. Acabei aceitando a proposta. Liguei de volta: “Zé, estou dentro!” e ele disse “Já sabia, tua passagem já foi enviada!”. Cheguei a Brasília na segunda-feira e no dia seguinte fui nomeado procurador-geral da União. O José de Castro, que foi o último consultor-geral da República se tornou o primeiro advogado-geral da União. Depois da nomeação fui trabalhar no Rio de Janeiro sem ter a mínima ideia do que iria fazer.

Esse período foi uma vivência extraordinária. Fui emprestado do MPM para a AGU, onde fiquei dois anos ajudando a organizá-la, porque não havia praticamente nada. Dei um jeito de o pessoal da Petrobras contribuir. Havia, no Fórum Estadual, discussão com relação aos *royalties* do petróleo, com o governador Leonel [de Moura] Brizola, e a Petrobras não conseguia alcançar suas pretensões. O advogado da Petrobras me chamou e disse que se a União entrasse na discussão, deslocaria a competência para o Federal. Retruquei a ele: “Estou louco para fazer isso, mas não posso.”. Expliquei que minha sala não tinha ar-condicionado, cadeira, mesa, etc. Ele disse que era só fazer a lista do que eu precisasse que em breve estaria lá. Nós montamos a AGU assim. Conseguimos uma sala na Candelária. Fomos “capinando”, catando assessor jurídico e defendendo a União.

A sala ficava no prédio do BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento], no último andar, quando o porteiro me interfonou dizendo que tinha um problema na garagem. Desci rápido. Chegando lá, havia dois caminhões da *Transportadora Gato Preto*, enormes, e dois rapazes de terno.

Logo imaginei... Arregacei as mangas e perguntei do que se tratava. Eles se apresentaram dizendo que eram procuradores do Ministério Público Federal. Um deles, então, falou: “Doutor Olympio, com o advento da AGU, o MPF perdeu a atribuição e viemos entregar os processos para vocês.” [risos]. Perguntei onde estavam os processos e eles apontaram para os caminhões. Sentei no banquinho do vigia e pedi para que me trouxessem a relação dos processos. Veio uma folha matricial com metro e meio de altura. Peguei a caneta e pedi para trazerem o primeiro dos processos que eu iria conferir na lista. Eles reclamaram falando que eram muitos e que seria impossível conferir um por um. “Mas como vou receber sem conferir o que estou recebendo? Nem se fosse da minha santa mãezinha eu receberia sem conferência!”. Na verdade, eu sabia que eles não iam fazer isso. Então, pediram para levar os processos para o arquivo. Liguei para Brasília e pedi para irem buscar. A Justiça não tinha suspenso os prazos judiciais. Propusemos uma medida provisória suspendendo os prazos por 30 dias, prorrogáveis por mais 30. Era uma inconstitucionalidade tremenda, mas não tinha outro jeito. Fizemos-na pequena para caber em um carimbo. Com esse prazo poderíamos estruturar e trabalhar melhor em cima dos processos. Passamos duas semanas carimbando os processos com a medida provisória. Foi assim que nasceu a AGU.

**Memória MPM** – *Nesse período, nos jornais do Rio de Janeiro, há três coisas que chamam a atenção: pessoas que importavam carros usados, privatizações das empresas e o Centro de Recuperação do Exército em Itaipava.*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Pois é, estava se disseminando essa moda de importar pneus usados e, depois, carros usados. Só que, de repente, não eram mais usados coisa nenhuma. Pedia-se no Banco do Brasil, junto ao antigo DECEX [Departamento de Operações de Comércio Exterior], emissão

de guia para importação, mas enquanto isso, o navio já estava a caminho com os produtos. O Banco do Brasil negava e eles recorriam para a Justiça. O juiz dava a liminar. O navio vindo e eu correndo atrás para cassar as liminares. Cassa daqui, cassa de lá, anulamos todas! Numa oportunidade, quando o navio aportou, estavam o delegado federal, um fiscal da Receita Federal e eu, já com a cassação em mãos. Os donos da embarcação ficaram fulos, todos lascados. Havia vários carros no convés. Alguns estavam plastificados, porque ficava mais barato. Mas o “filé” estava no porão. Só tinha carro bacana! Entre eles um *Jaguar* conversível com forro de antílope. Fiquei maluco ao ver aquilo! E o delegado da Receita dizendo que o carro iria estragar se ficasse parado num pátio [risos] e que o ideal seria que alguém o utilizasse. Todo mundo queria o carro [risos]. Peguei o telefone e liguei para o José de Castro. Falei que havia um carro apreendido que era de meu interesse para utilizar no trabalho, um carro oficial. Ele me perguntou o tipo de carro e eu falei “Um Ja...” e ele perguntou de novo e respondi: “Um Jaa...” [risos]. O José de Castro perguntou se era fechado e com quatro portas. Eu respondi que era conversível e ele: “Você é maluco? Vai acabar destruindo o presidente!” [risos].

Vivíamos duros, sem dinheiro. O Planalto, certo dia, depositou um milhão de reais na conta e logo pensei em comprar utensílios que melhorassem as condições de trabalho. Primeiro, foi um ar-condicionado, porque na Candelária faz muito calor. Consultamos os preços no jornal e pensei em comprar um no valor de R\$ 500,00, mas me disseram que era melhor adquirir dez ares-condicionados, pois o preço cairia para R\$ 400,00. Decidimos ir para Xerém, Rio de Janeiro, direto na fábrica. Lá compramos 27 aparelhos, vendidos pela quantia aproximada de R\$ 200,00 cada um. O rapaz perguntou como iríamos pagar: “Na bucha, na grana!”, respondi. Ele até se assustou ao saber

que o governo pagaria à vista e em dinheiro [risos]. Comprei troço para burro! Mesas, cadeiras... Enviamos as notas da prestação de contas para Brasília. Pensei que iriam me dar uma medalha [risos]. Depois recebi um ofício da Fazenda reclamando que comprei sem licitação. Falei que consegui desconto e que respeitei a rubrica de um milhão. O funcionário se mostrou surpreso: “Desconto? Desde quando a União compra com desconto?”. Respondi para ele “Como assim, a União não compra com desconto? A nossa conversa acabou agora. Vou atravessar a rua e falar com presidente da República!”. O rapaz achou que era brincadeira, que eu não ia falar coisa nenhuma com o presidente. Só que realmente atravessei a rua e me dirigi ao Palácio para falar com o presidente [risos]. Falei com a secretária Sofia e esperei duas horas para me entrevistar com o presidente. O Itamar me recebeu, me conhecia bem. Se eu dissesse “Estão querendo me ferrar!”, ele não ia dar a mínima atenção. Agora se eu dissesse “Estão querendo pegar a gente!”, daí a coisa funcionava [risos]. Expliquei toda a situação, destacando que comprei os produtos com desconto e o que o rapaz da Fazenda tinha me dito. Falei ainda que era assim que a União deveria agir, comprando com desconto e não essa corrupção da Lei 8.666. Falei que achava que o pessoal da Fazenda queria pegar a gente [risos]. O Itamar pediu para ligarem para o Fernando [Henrique Cardoso], ministro da Fazenda. O Itamar explicou a história e disse que era para eu voltar lá na Fazenda que o problema tinha sido resolvido. O burocrata que tinha falado comigo estava fulo da vida, com a cara amarrada: tinha recebido uma ordem superior para arquivar toda aquela meleca. Sentei na frente dele e disse “Você realmente achou que eu não ia falar com o presidente?” [risos]. Depois ele se tornou meu amigo. Esse processo todo é uma coisa extremamente burocrática e uma das fontes de corrupção do país. Se você recebe dentro do seu orçamento, certa quantia em dinheiro, dá para comprar muitas coisas com desconto e de forma



mais rápida que nas licitações. Nas licitações existem roubos onde cobram caro por produtos ruins e de má qualidade.

[Comenta fotografias] Nessa foto você pode ver a inauguração da sede da AGU no Rio de Janeiro. Esse era o ministro da Defesa, Alexandre [de Paula] Dupeyrat Martins. Estavam no evento o presidente do Tribunal do Trabalho, o advogado-geral da União, o Alexis Stepanenko, ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação e o presidente da Petrobras. Era muita força na época.

**Memória MPM** – *Como foi o caso do Centro de Recuperação do Exército, em Itaipava?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – No âmbito desse processo de privatizações, havia liquidações e empresas em crise que precisavam ser vendidas por determinadas questões legais. Os empregados também entravam no processo. Esse Centro de Instrução General [Ernani] Ayrosa, em Itaipava, Rio de Janeiro, era preparado por uma empresa elétrica do Rio de Janeiro, com salas de aula espetaculares. Ocorreram muitas reuniões e encontros nossos nesse local. Liguei para o STM e perguntei o que seria desse Centro. Eles disseram que não tinham utilidade para um centro que ficava em Itaipava. Liguei para o MP e disseram a mesma coisa. Sobrou apenas o glorioso! Ressalvando qualquer engano, foi feito um contrato de 25 anos com o Centro, que ainda está funcionando. Meu nome está lá.

**Memória MPM** – *Seria interessante a digitalização dessas fotos.*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Eu tinha mania de ficar na bancada encarando o acusado, conforme essa foto.

**Memória MPM** – *[Lendo trechos de manchetes]* “Os militares começam a articular um nome mais ligado à categoria, o do ministro Olympio Pereira da Silva Junior, do STM, para o lugar de Waldir Pires à frente do Ministério da Defesa”. “Em 1980, como promotor, em Manaus, Olympio pediu a prisão preventiva do então sindicalista ‘Lula’ e de outros militantes, com base na Lei de Segurança Nacional, por estarem incitando a população, em Brasileia, no Acre, área sob sua jurisdição”. *Matéria do Jornal do Brasil de 6 de abril de 2007.*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Nessa foto aparece o José de Castro. As fotos eu tirei do site do Hélio Fernandes e de seu filho. Nesta, estamos eu e o Marco Aurélio [Mendes de Farias Mello], meu amigo, presidente do Supremo, na China. Quando cheguei no SMT, inventei uma estória de que eu era o ministro mais jovem, mas não era. Era o Marco Aurélio. Tinha esquecido que ele foi do TST [Tribunal Superior do Trabalho].

Já, esta aqui, foi tirada na saída do Primeiro Encontro Nacional dos Procuradores da Justiça Militar, realizado em Brasília, em 1986. O procurador-geral da Justiça Militar era o Francisco Leite Chaves, quem, aliás, enalteceu a carteira de procurador. A nova carteira que recebemos na sua gestão era bonita e vermelha. Como tinha o desenho animado do He-Man, apelidamos-na de “Eu tenho a força!”. A carteira tinha força! Eu estava elegante, com colete e tudo!

**Memória MPM** – *Como foi sua nomeação para ministro?*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Eu estava na AGU, em outubro de 1994, quando recebi um telefonema do Zé de Castro dizendo que o presidente queria falar comigo. Fui a Brasília... Enfim, pouco antes do telefonema, eu tinha recebido o Boletim com a digesta de assuntos militares e uma das notas dava

conta de que abriria vaga para o STM, porque é necessário comunicar com 60 dias de antecedência o desejo de se aposentar, salvo se for de compulsória, evidentemente. Bom, o Itamar desejava saber se me interessava. O mandato dele se encerraria em 31 de dezembro de 1994, quando seria substituído pelo Fernando Henrique. E aparecia essa vaga, dentre as quinze cadeiras do STM, que era para o MPM. A vaga era ocupada pelo gaúcho Eduardo Pires Gonçalves, conhecido como “Dudu Carabina”. É claro, respondi ao presidente Itamar, que me interessava. Ele disse que tudo bem. Achei que isso fosse fácil, mas havia outros candidatos. Na época, eu era promotor e acabei concorrendo com procuradores e procuradores-gerais. No dia de minha sabatina o senador Nilo [de Sousa] Coelho disse “O senhor não fica com vergonha de ser o 47º da lista e passar a perna e dar uma carona em todos?”. Respondi que não tinha “dado carona” em ninguém porque eu estava saindo da instituição para concorrer à vaga. Disse, ainda, que essa pergunta ele deveria fazer ao presidente da República porque foi ele quem me escolheu. E completei falando que, às vezes, o 47º é melhor que o primeiro, que o segundo ou que o terceiro colocado. A sabatina era para o Maurício [José] Corrêa, que concorria a uma vaga para o Supremo Tribunal Federal, e eu, indicado para STM. Foi a segunda vez que tremi na vida. A primeira foi no meu casamento [risos].

No mês anterior eu tinha ido aos Estados Unidos. Gosto de colecionar armas. Em Miami, no dia de ir embora, minha mulher foi fazer compras e me perguntou se não queria ir com ela. Disse que não aguentava mais e fiquei na rua, passeando, olhando, até que vi uma luva de boxe pendurada em uma loja. Depois da loja havia um corredor e fui entrando até chegar a uma porta de ferro com uma campainha. Toquei, um rapaz veio e perguntei “*Do you have some guns?*”. Era um paiol, tinha até fuzil! Pensei “Tô

lascado!”. Comprei um revólver 8,5 polegadas da *Smith & Wesson, 44 Magnum*, e bastante munição. Meu medo era ser pego com a arma nos Estados Unidos; no Brasil não tinha problema. Falei para a minha esposa colocar a arma na bolsa que lá no Rio de Janeiro eu me garantia. Decolamos e no Rio de Janeiro prenderam todas as coisas. Um delegado me disse: “Me admira o senhor, que é um promotor, fazendo contrabando.”. Perguntei: “O senhor por acaso já viu contrabando com recibo, pô? Eu sou colecionador de armas!”. Quem salvou a gente foi o Zenildo [Gonzaga Zoroastro de Lucena], ministro do Exército. Quando o fiscal empacotou tudo, eu disse para o delegado não esconder lá no fundo porque iria voltar logo para pegar. Demorou três meses... O Kleber [de Carvalho Coêlho], procurador-geral da Justiça Militar na oportunidade, achou que podia capitalizar aquela situação. Eu disse para esperar que iria sair a autorização. O Zenildo deu a autorização e eu a entreguei ao delegado para encerrar a sindicância. Foi dito que tudo estava legalizado e se determinou que fossem devolvidas arma e munições. Mandeí a solução da sindicância por fax para o gabinete do procurador. Se o Itamar descobrisse que eu fora acusado de contrabando, ele me matava [risos].

Fiquei 18 anos na instituição com muito amor e orgulho. Uma vivência que calou muito fundo em mim.

**Memória MPM** – *E o caso Aramar? Na época, o procurador-geral era o [Marco Antonio Pinto] Bittar, que pediu o arquivamento do caso e tem uma entrevista sua na qual o senhor se mostrou contra o arquivamento do processo.*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – O problema não era o submarino, mas sim o projeto inteiro. A Aramar [CEA – Centro Experimental Aramar] estava nas mãos de um almirante que facilitou as coisas. Ele fazia as coisas

## HISTÓRIAS DE VIDA

acontecerem, mas houve problemas com as viaturas, pois ele dava baixa e as usava. Caí em cima. Investiguei e achei que cabia denúncia. Hoje tem o projeto lá e está funcionando.

Fui conhecer a base que a Marinha está erguendo em Itacuruçá, um espetáculo! Vão construir os submarinos atômicos nessa região. É uma base para oito mil fuzileiros. Mas não sei de quem precisaremos nos defender com um submarino atômico – do Paraguai? [risos].

**Memória MPM** – *E a Comissão da Verdade? Saiu um relatório agora e o seu nome está lá...*

**Olympio Pereira da Silva Junior** – Não. Mas eles me ligaram bastante. Aquele nome é o do meu pai, médico-legista, Olympio Pereira da Silva. Sempre achou que “comunista comia crianças”. Com certeza ele estava inserido nesse contexto de repressão. Minha mãe duvidava dessas coisas, mas eu não. Ele tinha um posicionamento bem de milico. Ela reclamava do que as pessoas poderiam falar, mas a minha opinião é que deixem que falem. O [general Sérgio] Etchegoyen disse que ia entrar com uma ação caso falassem do pai dele. Para mim, essa Comissão da Verdade não vai dar em nada, é um desperdício de dinheiro.

**Memória MPM** – *Ministro Olympio, muito obrigado pelo seu depoimento.*